

Recortes de Fóruns em Educação de Jovens e Adultos, Educação Inclusiva e Adaptada, Libras e Primeiros Socorros

Autor: Dr. Elionai Dias Soares
Professor de OMF / Anatomia Humana – Cesmac / AL
Licenciado em Educação Física – Claretiano / SP
elionaisoares@gmail.com
@prof.elionaisoares

I - Educação de Jovens e Adultos

COMENTÁRIO 1

Ao analisar a premissa proposta “a motivação do adulto para aprendizagem está na sua própria vontade...” (KNOWLES, 2015) podemos refletir em vários prismas de pensamento. A princípio, sob o prisma da neurociência, o aprendizado se dá mediante o interesse. E isso tanto para o adulto quanto para a criança. A questão é que os interesses dos adultos se transformam e se distinguem, daqueles do tempo de criança. Dessa forma, se por um lado a criança aprende mediante o estímulo externo (boa parte das vezes em formato de imposições), o adulto considera a motivação advinda do interesse quase sempre em busca de atender uma demanda em sua vida. Assim, se a brincadeira ou imposição mediante a uma determinada punição era o que importava quando criança, agora na vida adulta, a consequência utilitária daquele “novo saber” é o que mais importa. Nesse interim, poderíamos extrapolar para questões sociais, econômicas, filosóficas, religiosas e dentre outras, nessa premissa de análise da motivação, proposta por Knowles.

COMENTÁRIO 2

Continuando nessa linha de raciocínio, constatamos que aprendizagem também se dá mediante a vivência de experiências positivas. Quase sempre, nesses casos, estão relacionadas com a ludicidade. Poderíamos, até mesmo, fazer um comentário bem simplório, mas real, de que as lembranças em forma de boas recordações são experiências positivas (“saudades”) e lembranças em forma de traumatismos, são negativas. E reafirmo o aspecto biológico da aprendizagem na “manutenção da vida”, como homeostase. Assim, pautado

nesse equilíbrio, ou reequilíbrio, o adulto se motivará, quando entender que, mediante ao desafio de aprender algo, sua necessidade (seja ela qual for), estará sendo atendida.

COMENTÁRIO 3

Ainda sob o prisma “neurológico”, ao relembrarmos sobre os constituintes anatomofisiológicos envolvidos na memória, podemos afirmar que o corpo humano busca aprender para equilibrar-se, no desafio diário de sobrevivência. Assim, podemos observar no que chamamos de “traumas”, por exemplo, quando a lembrança vem carregada de um aspecto negativo vivenciado em situação de perigo, com risco eminente da integridade física e/ou emocional. O indivíduo “traumatizado” aprende com a dor. Aprende com a experiência ruim, independente de querer ou não querer. Perceba que, esse “aprendizado forçado” passa a ser um recurso, como dito, de sobrevivência, onde os psicólogos procuram abordar como “traumas”.

COMENTÁRIO 4

Conforme o material estudado, verificamos a importância de estimularmos os nossos alunos jovens e adultos no favorecimento de sua autonomia , ao mesmo tempo em que devemos avaliar esse progresso em suas necessidades. Isso se dá pois a maioria desses educandos já assumem papel de educadores no próprio seio familiar, assim como na sua comunidade e ambiente de trabalho.

II – Educação Inclusiva e Adaptada

COMENTÁRIO 1

Podemos afirmar que o processo de aprendizagem (Educação) se torna um direito das pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais e o papel da Educação Física Adaptada mediante o fundamental contexto da inclusão. Dessa forma, precisamos considerar as diferentes fases de desenvolvimento da pessoa, assim como suas manifestações em contextos existentes que se diferenciam. Portanto, há a intenção para que o indivíduo não seja excluído de forma discriminatória, e que tenha a igual oportunidade de participação em

atividades de lazer, físicas e esportivas, seja por qual objetivo for, como tratamentos (terapêuticas), atividades competitivas (esportivas) ou recreativas (socialização). Nessa direção, vale a pena lembrar as alegações de Sasaki, em 1999, que enfatizou a importância do que chamou de “empoderamento”, sendo esse o processo pelo qual o indivíduo (ou grupo de pessoas), ainda que com suas condições e/ou limitações, tem a possibilidade de fazer escolhas, se expressando ao tomar decisões, tomando o controle pessoal de suas vidas. Com relação às adaptações de procedimentos pedagógicos e conteúdos, podemos dizer que a equiparação de oportunidades deverá ser a meta principal, e não a simples compensação das diferenças existentes entre as pessoas com deficiências, promovendo e desenvolvendo, dessa forma as potencialidades.

COMENTÁRIO 2

Ao considerar as principais questões que devam guiar o docente na indicação de atividades físicas para pessoas com deficiências, devemos lembrar os conceitos de Pedrinelli e Verenguer, em 2008, que afirmaram ser necessário entender as pessoas com deficiências e compreendê-las além das limitações e desvantagens, enxergando-as com capacidades, possibilidades e potencialidades, ou seja, contemplando-as na essência do ser humano. Portanto, ao considerar os textos indicados, as prescrições de exercícios para pessoas com deficiências devem ser individualizadas, procurando considerar cinco aspectos básicos do indivíduo, à saber: 1) Enfoque de aptidão física e quais componentes são mais adequados e necessários; 2) Existência de contraindicação ou cuidado especial a ser observado; 3) Tipo de atividade física que desperta mais motivação; 4) Quais são as possibilidades de movimento; 5) Que testes serão empregados para avaliar a aptidão física. Dessa forma, podemos concluir nossa breve reflexão com Winnick, em 2004, que também destacou sobre as atividades norteadoras de inclusão, que devem propiciar aos alunos um ambiente mais estimulante e motivante, oferecendo-lhes melhores oportunidades para que as pessoas com deficiências desenvolvam habilidades sociais e lúdicas, conforme suas idades. O mesmo autor também alega a importância de facilitar os relacionamentos de amizade entre alunos, que apresentam ou não alguma deficiência.

COMENTÁRIO 3

Ao estudar o texto base podemos citar Sherrill, em 1998, ao alegar que algumas atividades só se tornam acessíveis a pessoas com deficiências quando adaptadas. Segundo o autor, o processo de adaptação incide em modificar determinadas variáveis com o propósito de alcançar as respostas desejadas, se dando em sete variáveis, à saber: relativas ao ambiente temporal; físico; equipamentos e materiais; psicossocial; aprendizagem; instrução e informação; e relativas às tarefas. Dessa forma, a adaptação consiste na adequação das exigências das tarefas ao nível de desempenho do indivíduo com deficiência. Nas questões 1 e 2, ao sugerir adaptações durante a prática de atividades, seguimos as recomendações de Lieberman, em 2002, que propôs quatro tipos de adaptações, sendo que suas modificações se referem: 1) à instrução (estilos por comandos; tarefas; descoberta guiada; solução de problemas); 2) aos equipamentos e materiais (modificações e ajustes nos equipamentos para adaptá-los às necessidades do indivíduo, assegurando-lhe melhor desempenho na atividade proposta); 3) ao espaço físico (variáveis no ambiente que possam interferir no ensino-aprendizagem de pessoas com deficiências); 4) quanto às regras (adaptações necessárias para que as pessoas com deficiência possam ser incluídas em determinadas atividades).

III – LIBRAS

COMENTÁRIO 1

Ao considerar o texto base estudado, constatamos a importância do Intérprete de Libras na formação do aluno surdo, sobretudo, quando consideramos o bilinguismo. No entanto, algumas ponderações precisam ser realizadas. A princípio, salientamos que ainda são poucas as experiências relatadas no Brasil de inclusão de alunos surdos envolvendo a atuação de intérpretes de língua de sinais. Conforme os autores Quadros e Karnopp, em 2004, quando o surdo é fluente em LIBRAS, o intérprete pode ampliar ainda mais as possibilidades de comunicação dele com os demais alunos ouvintes, viabilizando as possibilidades de interação social, conforme contextos diversos, como participação de atividades sociais, educacionais, culturais e políticas. No

entanto, infelizmente o intérprete não pode resolver por completo o problema da inclusão de alunos surdos em classes de ouvintes, não correspondendo com a realidade a garantia de aprendizado, por apenas ter a sua presença em sala de aula.

COMENTÁRIO 2

Em consonância com Lacerda (2009), o intérprete de Libras deve ser distinguido do intérprete educacional. Porém, este não deve ocupar o lugar do docente ou ter a função de ensinar os alunos surdos. No entanto, segundo o autor, a escola é local de aprendizagem, com práticas e atividades educativas diferenciadas, muito além de um simples espaço de tradução. Conforme o material estudado, podemos exemplificar essa situação ao considerar que o conteúdo pedagógico envolve conceitos específicos e abstratos. Dessa forma, caso o intérprete venha apenas interpretar com tradução para a língua de sinais, o aluno surdo pode continuar sem compreender o tema, pois parte dos conceitos ali colocados são desconhecidos e permanecerão dessa forma se o intérprete apenas fizer o sinal correspondente.

COMENTÁRIO 3

Lamentavelmente, conforme o material estudado nas unidades 1, 2 e 3, do material proposto, constatamos que a criança surda no Brasil tem contato e aprendizado tardio com a Língua Brasileira de Sinais. Dessa forma, ao considerar a primeira infância, a criança não domina nem a LIBRAS e nem a Língua Portuguesa, limitando, e muito, a atuação do intérprete na sala de aula. Também ressaltamos que, por falta de uma formação específica em LIBRAS, o intérprete pode alterar ou eliminar partes de conteúdos que não saiba como interpretar. No cotidiano prático, é isso o que acontece com frequência. Sem dúvidas que, conforme abordado nos textos de estudo, esse é um problema ético bastante sério e reflete a qualidade de formação dos intérpretes, que precisam ser bem formados, pois há a necessidade de fidelidade de informações a serem repassadas ao aluno, em Língua Portuguesa, da maneira mais fiel possível.

IV – Primeiros Socorros

COMENTÁRIO 1

Encontrar estratégias para o atendimento de primeiros socorros no futuro ambiente de trabalho é uma discussão de fundamental importância quando partimos do pressuposto de que a maioria das pessoas não sabe o que fazer em uma situação de emergência, quando o atendimento de primeiros socorros se faz necessário. Vale lembrar que quanto mais cedo for iniciado um determinado procedimento de emergência, como uma reanimação cardíaca, maior as chances de sobrevivência para a vítima. Lamentavelmente, constatamos que no Brasil existem poucas ações de desenvolvimento de programas voltados para primeiros socorros, sobretudo, nas informações para os leigos. Por causa disso, se faz necessária a elaboração de estratégias, inclusive por parte dos profissionais da saúde, para ensinar e capacitar sobre a parada cardio respiratória (PCR).

COMENTÁRIO 2

Não restam dúvidas de que a Parada Cardiorrespiratória (PCR) é uma das condições que exigem do socorrista ações rápidas e bem definidas, pois se trata de uma emergência verdadeira e que exige pronto atendimento. As ações a serem tomadas podem definir o resultado ou a sobrevivência da vítima. No entanto, se por um lado temos a preocupação com a omissão (deixar de realizar os procedimentos emergenciais importantes), por outro precisamos trazer a reflexão de que não devemos absorver todo o peso da expectativa do resultado sobre quem procede na tentativa de reanimar a vítima, pois existem situações fora do alcance dos esforços de reanimação. Dessa forma, teremos extremos que precisam ser evitados: por um lado a negligência, estabelecida pelo deixar de fazer, e por outro, a imperícia e imprudência, que se caracterizam por não saber fazer ou, ainda, proceder de maneira errada e intempestiva, podendo agravar ainda mais a situação.

COMENTÁRIO 3

Gostaria de salientar que uma das ações de orientação que devem conduzir o profissional da Educação Física em suas práticas seculares é a propagação,

entre os seus alunos ou atletas, de como conhecer uma parada cardiorrespiratória, e além disso, o que se deve fazer (e o que não fazer) nesses casos, pois eles também poderão passar por eventuais situações em que essas orientações poderão salvar vidas. Dessa forma, podemos dizer que quanto mais pessoas da sociedade estiverem orientadas para realizar esses procedimentos emergenciais, mais chances de sucessos teremos a reversão de uma parada cardiorrespiratória. Assim, como reassalta o texto base de nosso estudo, salienta-se que essas ações não são somente de saúde, mas também de civilidade, cidadania e preocupação com o bem-estar de todos. Em suma, relembramos os cinco passos denominados de “Elos da Corrente da Sobrevivência”: 1) Acesso rápido; 2) RCP precoce; 3) Desfibrilação precoce; 4) Suporte avançado precoce; 5) Cuidados integrados pós-reanimação.